

SUMMIT ESG

O ESTADO DE S. PAULO

FOTOS NUNNO FONSECA/ESTADÃO



ESG: agenda segue inadiável

Entre pressões políticas e demandas globais, práticas ambientais, sociais e de governança avançam em escala global e nacional

Realização:

ESTADÃO 150

Apresenta:

ambipar®

Patrocínio:

Marfrig bnf

banco da
amazônia



100%

DE COMPROMISSO COM O PLANETA

Marfrig e BRF possuem um compromisso sólido com a sustentabilidade e são uma referência em ESG no setor. Acreditamos que é possível produzir alimentos de forma sustentável, com conservação ambiental e baixa emissão. Investimos em inovação e tecnologia para monitoramento da cadeia e redução de carbono. Nossa responsabilidade se estende do campo à mesa com preservação dos recursos naturais, aplicação da economia circular, promoção do bem-estar animal e geração de impactos sociais positivos nas comunidades.



Mais juntas, alimentando o futuro.



ISEB3

ICO2B3





Painel 'Onda política contra ESG e o desmantelamento da governança' discutiu o esvaziamento da governança corporativa voltada para questões do clima

Sustentabilidade corporativa

ESG enfrenta retrocessos nos EUA, mas ganha fôlego no Brasil

Enquanto gestores e reguladores americanos recuam da agenda climática, empresas e órgãos brasileiros consolidam relatórios e regras de sustentabilidade

JULIANA PORTUGAL
ESPECIAL PARA O 'ESTADÃO'

O debate em torno da governança climática nas empresas vem sofrendo reveses importantes nos Estados Unidos. Muito antes do governo do presidente dos EUA, Donald Trump, a discussão já havia sido abalada pela decisão da BlackRock, maior gestora de ativos do mundo, de deixar de usar o termo ESG em resposta à pressão de grandes clientes ligados a nações dependentes do petróleo.

A medida abriu espaço para uma onda de questionamentos que hoje encontram respaldo no posicionamento da SEC – órgão regulador do mercado de capitais –, que sinaliza resistência às regras de divulgação climática propostas anteriormente.

“A saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris, assim como o retrocesso em questões de diversidade e inclusão de algumas empresas, assustou o mercado. A pauta ESG além das suas siglas tem um cunho político também”, afirmou a professora na FGV, na Fundação Dom Cabral e pesquisadora na Universidade de São Paulo (USP) Fernanda Claudino, durante o Estadão Summit ESG, evento promovido pelo **Estadão**, em São Paulo, no dia 21 de agosto.

No Brasil, porém, órgãos reguladores seguem avançando na definição de normas e empresas já se mobilizam para cumprir a obrigatoriedade de relatórios de sustentabilidade, consolidando um movimento que deve moldar a agenda corporativa nos próximos anos.

“Mesmo com ondas contra o ESG, temos alguns avanços no Brasil. Como exemplo, há regras endossadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que trazem um diferencial para que empresas listadas (na B3) tragam relatórios com viés financeiro. As normas surgem de uma movimentação global, de demanda de investidor para entender melhor os riscos das questões de sustentabilidade”, disse Fernanda.

De acordo com a diretora de Organização de Mercado e Regulação de Conduta da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Jéssica Bastos, comparado com outros mercados financeiros, o de seguros voltou suas atenções para a pauta ESG um pouco depois. Mas, desde 2022, o tema tem ganhado cada vez mais fôlego, com a Susep trazendo a primeira regra que trata do tema de gerenciamento dos riscos de sustentabilidade. Além da obrigação de divulgar relatórios sobre riscos climáticos anualmente.

No ano passado, a Susep criou um grupo de trabalho para discutir com as seguradoras, com os clientes das seguradoras e governo demandas concretas do setor de seguros. “O objetivo era observar os riscos que poderiam não estar sendo atendidos, além de analisar se era necessário a criação de novos produtos com determinadas particularidades”, disse Jéssica.

Do grupo, Jéssica destacou uma proposta para rotulagem de produtos sustentáveis. “Queríamos atacar o greenwashing (divulgação exagerada de boas práticas ambientais) e garantir entregas efetivas e não apenas o discurso ESG. Outro destaque do grupo é uma regra que está em fase final de critérios sustentáveis para seguro rural.”

Ao analisar o setor privado no Brasil, Maria Emília Peres, sócia de Estratégia da Deloitte com foco em transição energética e sustentabilidade, avalia que, apesar da cautela em um cenário de maior risco, as perspectivas são positivas. “Hoje, 72% das empresas brasileiras têm seus planos de ESG vinculados à estratégia do negócio, ante 26% em 2023.”

SEM RECUOS. Outro ponto que corrobora as boas perspectivas para o cenário nacional é, segundo Maria Emília, a percepção de que nem o setor privado nem o público demonstram intenção de retroceder nessa pauta. “Já estamos atrasados em alguns assuntos; se retrocedermos, o atraso será ainda maior.”

Entre os exemplos positivos do que as empresas têm apresentado na pauta ESG, Maria Emília citou a Natura, que neutralizou 100% das emissões da sua cadeia produtiva; Petrobras, que destinou US\$ 16 bilhões à transição energética nos últimos anos; e a Vale, que investiu R\$ 7 milhões.

Para a diretora de Riscos e Compliance do Grupo Globo, Carolina Bueno, este é o momento de as companhias adotarem uma postura mais pragmática em suas escolhas. “É preciso evitar armadilhas, rever prioridades e avaliar se estamos direcionando recursos para os lugares certos. Fazer escolhas mais inteligente com resultados mais objetivos, como trazer diversidade para empresas”, concluiu.



“Hoje, 72% das empresas brasileiras têm seus planos de ESG vinculados à estratégia do negócio, ante 26% em 2023”

Maria Emília Peres, sócia de Estratégia da Deloitte

NUNNO FONSECA/ESTADÃO



Eurípedes Alcântara, diretor de Jornalismo do Estadão

‘Princípios seguem urgentes’, diz diretor do ‘Estadão’

DIEGO LAZZARIS
ESPECIAL PARA O ‘ESTADÃO’

Durante discurso de abertura do Estadão Summit ESG 2025, Eurípedes Alcântara, diretor de Jornalismo do **Estadão**, afirmou que o mundo vive um cenário contraditório. “De um lado, líderes políticos que consideram o ESG uma moda irritante, um obstáculo. De outro, investidores, reguladores e consumidores, exigindo transparência, diversidade, direitos humanos e ações efetivas contra as mudanças climáticas”, disse.

Alcântara destacou ainda que essa tensão é saudável e traz algumas vantagens: expõe fraudes e modismos, estimula políticas mais consistentes e contribui para o amadurecimento do conceito de ESG.

Segundo ele, não se deve acreditar em notícias que decretam a morte do ESG. “O que morreu foi o uso superficial da sigla, restrito a selos fáceis e discursos vazios. Os princípios centrais: preservar o meio ambiente, tratar as pessoas com dignidade e governar com integridade seguem tão urgentes quanto sempre foram.”



“É preciso evitar armadilhas, rever prioridades e avaliar se estamos direcionando recursos para os lugares certos”

Carolina Bueno, diretora de Riscos e Compliance do Grupo Globo

Explicando melhor...

Conceitos e iniciativas que ajudam a entender como empresas e reguladores aplicam a agenda de sustentabilidade no Brasil



O que é greenwashing

Prática de empresas que divulgam ações ambientais de forma exagerada ou sem comprovação, criando a impressão de sustentabilidade sem mudanças reais. Exemplo: produtos com rótulo “eco” sem critérios técnicos claros.



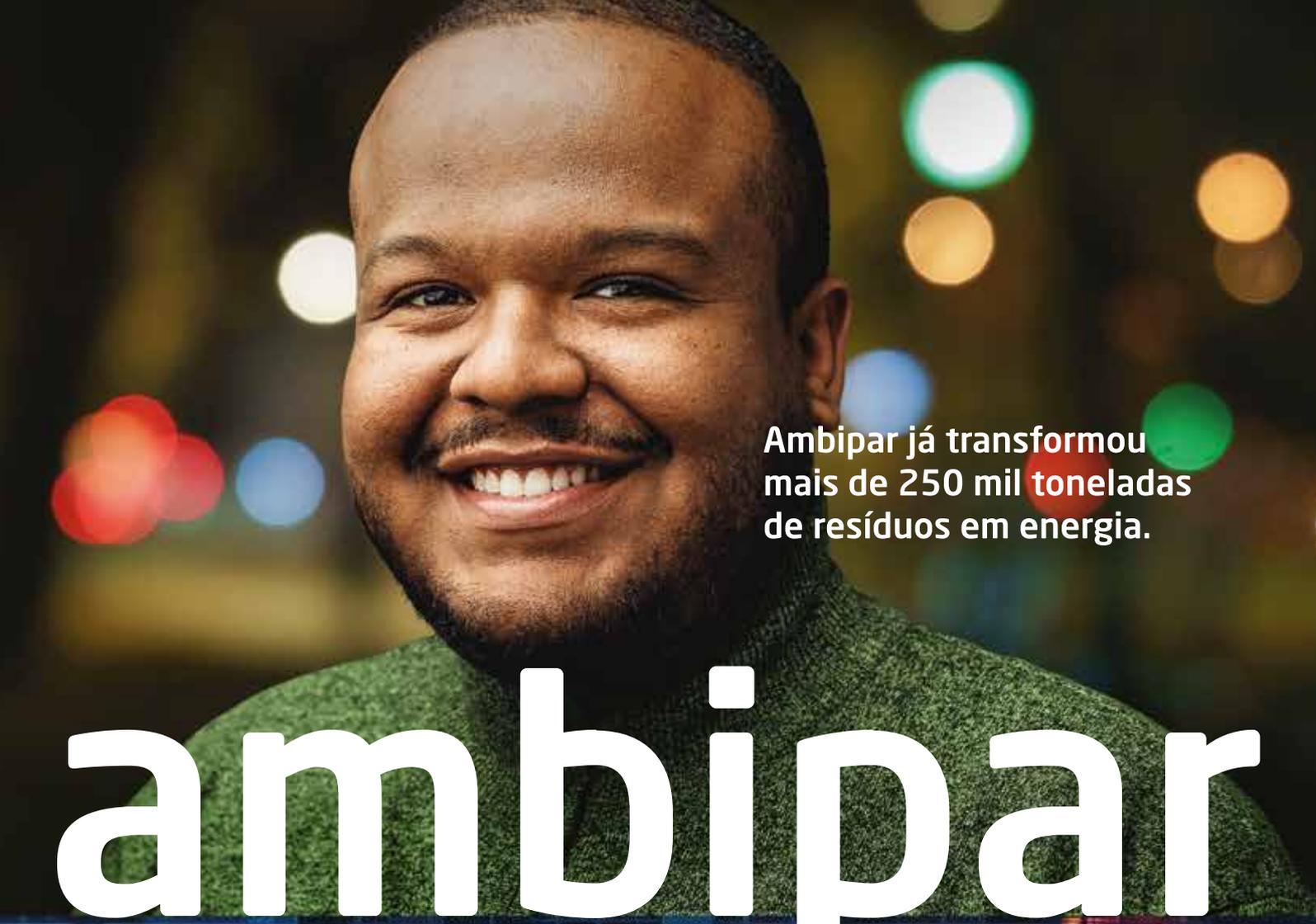
Relatórios de sustentabilidade

No Brasil, companhias listadas na B3 terão de divulgar informações financeiras e de riscos climáticos em relatórios anuais, conforme normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A obrigatoriedade aumenta a transparência e facilita a comparação entre empresas.



Seguro rural sustentável

Proposta em discussão na Susep para criar critérios que atestem a sustentabilidade de produtos de seguro rural. A iniciativa busca evitar greenwashing no setor e estimular entregas efetivas em vez de apenas discurso.



Ambipar já transformou
mais de 250 mil toneladas
de resíduos em energia.

ambipar

É DO BRASIL
É DOS BRASILEIROS



No painel 'Financiamento climático: iniciativas soberanas e privadas', especialistas debateram recursos para a implantação do novo compromisso global



Recursos

Financiamento climático precisa da articulação de fundos e mercado

Meta global revisada coloca em destaque a integração entre recursos soberanos, mercado de carbono e práticas financeiras sustentáveis

JULIANA PORTUGAL
ESPECIAL PARA O 'ESTADÃO'

A COP-30, que ocorrerá em novembro em Belém, marca a largada para a implementação de um novo compromisso climático global: o Novo Objetivo Coletivo Quantificado (NCQG, na sigla em inglês), promessa firmada pelas economias desenvolvidas para apoiar países em desenvolvimento na adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Revisada durante a COP-29 no Azerbaijão, a meta substituiu o compromisso anterior de destinar US\$ 100 bilhões anuais, valor considerado muito abaixo dos US\$ 5,9 trilhões necessários por ano até 2030.

O debate envolve não apenas a liberação de recursos, por meio do Fundo Clima e de fundos soberanos, mas também mecanismos de mercado, como o comércio de créditos de carbono, que vem atraindo cada vez mais atenções no Brasil.

De acordo com o conselheiro da Ambipar, empresa focada em soluções ambientais, Plínio Ribeiro, que participou do Estadão Summit ESG, no dia 21 de agosto, o primeiro passo para entender o mercado de carbono é distinguir a divisão que há nele.

“Há o mercado regulado e o voluntário. O primeiro é muito maior, mas ele é algo que funciona apenas dentro de um único país. Não tem histórico de crédito de carbono. Ele conta com as permissões de emissões para as empresas que precisam comprar obrigatoriamente aquela compensação.”

Já o voluntário, segundo Ribeiro, diferentemente do que o nome sugere, acontece por ação das empresas que estão comprando crédito e não por voluntarismo. Outro diferencial entre os mercados é o preço. Ribeiro afirma que o voluntário obedece a uma lógica de oferta e demanda mais clara, ressaltando que é uma demanda global, com uma ordem de US\$ 2 bilhões por ano.

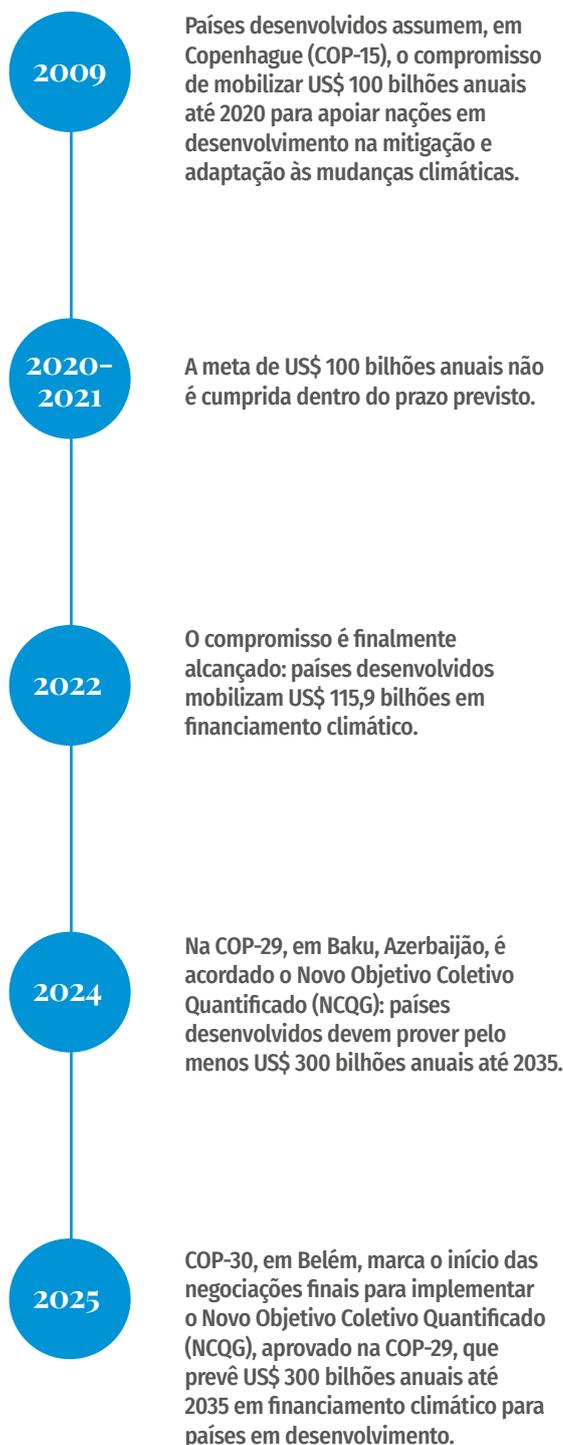
“É preciso não esquecer que o mercado de carbono existe para combater a mudança climática. Um dos desafios para destravar financiamento é que ainda é um mercado novo e algumas iniciativas do passado ficaram com fama de apenas vender sonho”, afirma Caio Franco, head de Políticas Públicas da Mombak, startup brasileira focada na regeneração florestal e remoção de carbono da atmosfera através do reflorestamento.

EMPRESAS. O mercado de carbono também tem visibilidade no artigo 6 do Acordo de Paris, que, segundo a gerente de Políticas Climáticas e Mercados de Carbono da LaClima, uma rede de advogados de direito das mudanças climáticas na América Latina, Juliana Marcussi, é uma via para conquistar recursos financeiros e estimular iniciativas de redução de gás carbônico.

De acordo com Juliana, dentro do artigo 6 há dois itens que merecem destaque: o 6.2 e o 6.4. “O 6.2 é um mercado entre países. A troca vai ser entre os resultados de mitigação de emissões. Um país que conseguiu alcançar o seu resultado e não vai precisar bater a sua meta de NDCs (Contribuição Nacionalmente Determinada) vai vender para países que precisam”, explica. Já o 6.4 é semelhante ao mercado voluntário detalhado por Ribeiro.

Evolução dos compromissos climáticos no Brasil

Do Fundo Clima à COP-30, marcos nacionais e globais mostram como as metas de financiamento climático avançaram, mas ainda enfrentam desafios



Com mudanças constantes nas áreas, as soluções muitas vezes precisam ser revistas. “Quando o Acordo de Paris foi negociado, tinha a meta de mobilização de US\$ 100 bilhões anuais dos países desenvolvidos para as nações em desenvolvimento ou subdesenvolvidas para que a transição energética fosse feita nos países que ainda não tinham uma base para isso. E essa meta nunca foi cumprida”, afirma o superintendente da Área de Meio Ambiente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Nabil Kadri.

Ele, que também participou do Summit, cita o Fundo Clima, administrado pelo banco de fomento, como uma “contribuição nacional, criado em 2009, com um conceito inovador para a época e até hoje, que parte do conceito de blended finance (forma de investimento que permite que organizações com objetivos diferentes invistam lado a lado enquanto alcançam seus próprios objetivos: financeiro, impacto socioambiental ou ambos)”.

Em 2024, o Fundo Clima executou R\$ 10 bilhões. “O que o Fundo Clima financiou de projetos econômicos de redução de emissão, no ano passado, equivale a nove meses de toda a frota de carros de São Paulo”, diz.

“O Bradesco é um dos maiores repassadores do Fundo Clima. A iniciativa é parte da nossa estratégia climática”, diz o gerente de Finanças Sustentáveis e Mudanças Climáticas do Bradesco, Guilherme Rinco.

Para entender melhor: mercado regulado x voluntário

Dois modelos distintos explicam como funcionam as transações de carbono e revelam diferenças de escala e de regras

Regulado

O mercado regulado de carbono opera dentro de cada país, sempre atrelado a um sistema nacional de permissões obrigatórias de emissão. As empresas que ultrapassam seus limites precisam comprar créditos para compensar o excesso, criando uma dinâmica de cumprimento legal mais do que de voluntariedade. Embora seja maior em escala, esse modelo é restrito ao ambiente doméstico de cada nação e depende diretamente da regulamentação local.

Voluntário

O mercado voluntário, ao contrário do que o nome sugere, não se baseia em boa vontade, mas em compromissos estratégicos das empresas. Ele segue uma lógica global de oferta e demanda, movimentando cerca de US\$ 2 bilhões por ano e atrai companhias que compram créditos de carbono para cumprir metas próprias de sustentabilidade ou fortalecer sua reputação no cenário internacional. Nesse modelo, o preço dos créditos varia de acordo com a procura e reflete a pressão de consumidores e investidores por práticas climáticas efetivas.

Oportunidades e desafios para o Brasil na COP-30

DIEGO LAZZARIS
ESPECIAL PARA O 'ESTADÃO'

O Brasil chega à COP-30 com uma agenda marcada por oportunidades e desafios, de acordo com especialistas que participaram do Estadão Summit ESG 2025, realizado no dia 21, em São Paulo.

Durante um dos painéis do encontro organizado pelo **Estadão**, Renata Piazzon, diretora executiva do Instituto Arapyauá, destacou que o País tem posição de destaque no setor de biocombustíveis, com etanol consolidado, biodiesel em expansão e novas frentes como biogás, biometano, SAF (combustível sustentável de aviação) e hidrogênio verde. “Essa diversidade de soluções coloca o Brasil em condições de atender sua própria transição energética e também de oferecer alternativas ao mercado internacional”, afirmou.

Apesar das oportunidades, ela disse que o País ainda não consegue projetar sua liderança de forma global. “Falta traduzir e comunicar ao mundo as soluções maduras já disponíveis, posicionando o Brasil como um hub climático. Nesse contexto, a COP-30 representa uma chance de consolidar esse protagonismo.”

TRÊS PRIORIDADES. Stela Herschmann, especialista em política climática do Observatório do Clima, destacou que três prioridades foram definidas pela presidência da conferência.

“A primeira é a adaptação. Diante dos impactos já visíveis da crise climática, a meta global de adaptação vem sendo construída há anos e agora entra na fase decisiva de definição de indicadores”, disse.

O segundo ponto é o diálogo entre os países sobre a implementação do balanço global aprovado em 2023, que avaliou os avanços em relação ao Acordo de Paris e apontou a necessidade de correções de rumo.

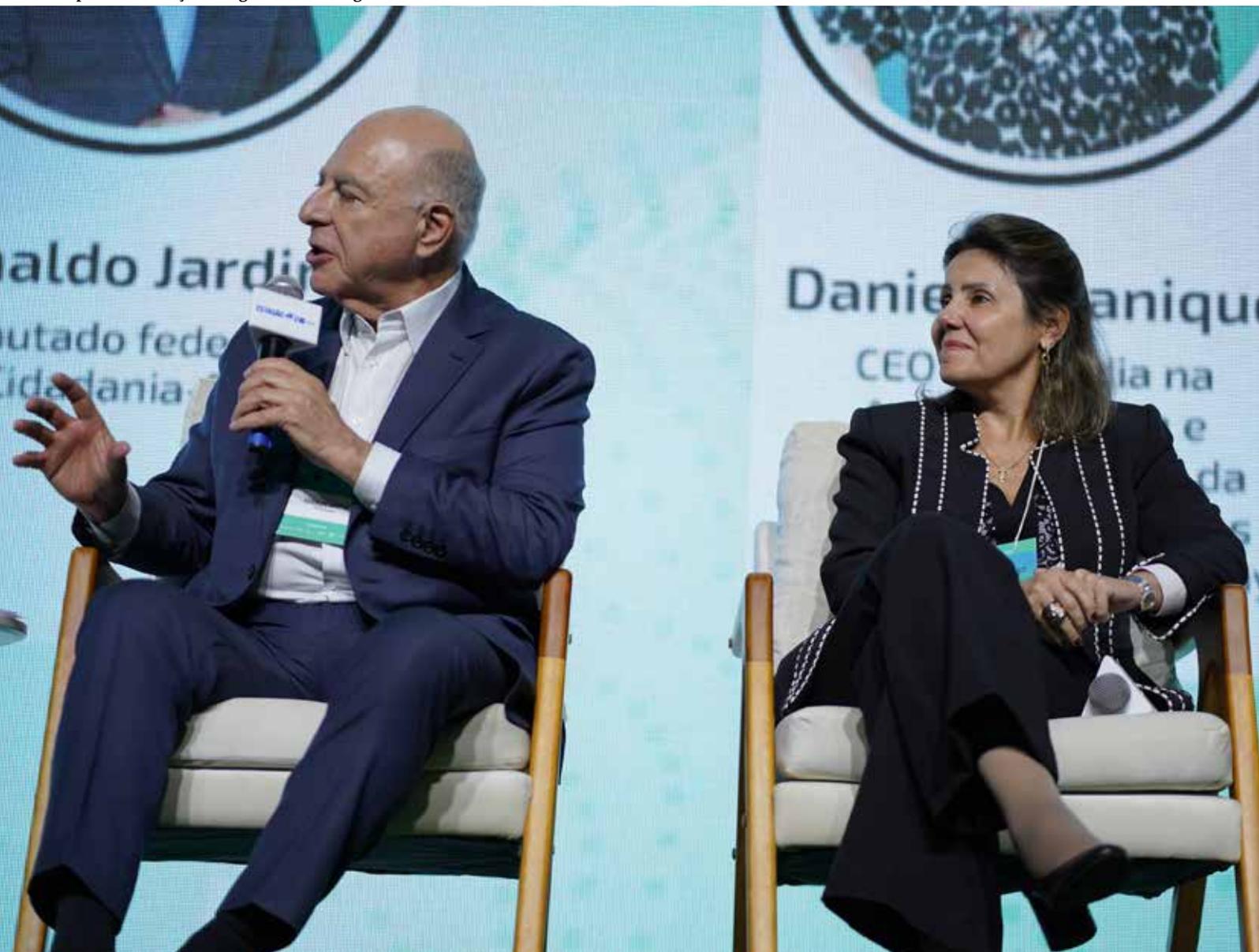
A terceira prioridade é a transição justa, com um programa de trabalho que busca colocar a justiça social no centro das decisões sobre as transformações profundas que o mundo enfrentará nos próximos anos.

Paulo Pianez, diretor global de Sustentabilidade da Marfrig e BRF, afirmou que setor privado tem papel essencial no enfrentamento das mudanças climáticas e no cumprimento das metas climáticas.

“Embora não atue diretamente nas negociações internacionais, a responsabilidade do setor privado é decisiva em todos os segmentos”, disse.

Especialistas discutiram questões como o custo da energia no painel 'Transição energética: a ordem global e os dilemas brasileiros'

NUNNO FONSECA/ESTADÃO



Energia limpa

Indústria propõe 'taxa verde' para importados mais poluentes

Proposta sugere taxar itens com pegada de carbono superior à nacional e aponta o alto custo da energia no País

LÍLIAN CUNHA
ESPECIAL PARA O 'ESTADÃO'

O Brasil deveria cobrar uma taxa para importados que, em sua cadeia de produção, emitem mais gás carbônico que os similares nacionais. A ideia foi defendida por Daniela Manique, presidente da Rhodia na América Latina e presidente global da Unidade de Negócios Coatis, do grupo Solvay, durante o Estadão Summit ESG 2025, realizado em São Paulo, no dia 21 de agosto.

O Brasil, diz ela, tem uma vantagem sobre outros países nesse quesito que não vem sendo aproveitada: como 85% da matriz elétrica brasileira vem de fontes renováveis, como usinas hidrelétricas, fazendas solares e eólicas, a pegada de carbono da produção nacional é menor que a de muitos países.

“Na Associação Brasileira de Indústria Química (Abiquim), fizemos o mapeamento da maior parte dos nossos produtos químicos produzidos aqui. Então sabemos quanto cada produto emitiu de carbono em todas suas cadeias. A nossa proposta é de que quem trazer para o Brasil itens que tenham carbono acima do que o similar nacional apresenta pague por essa diferença por meio de uma taxa.”

Só com essa taxa, segundo ela, o Brasil começaria a obrigar seus concorrentes a terem os mesmos programas de contenção de emissões que o País tem hoje. “A China está exportando para nós um produto todinho à base de carvão mineral. E a gente aqui, nós, a indústria, temos de competir de igual para igual com eles sendo que temos vários encargos e ainda tentando fazer sustentabilidade. Se você não pressionar os outros, eles não vão fazer. E os nossos produtos têm, na grande maioria, menor conteúdo de carbono que a concorrência”, disse.

Daniela também defendeu que, assim como existe o selo de eficiência energética para conscientizar os consumidores a respeito do consumo de energia dos eletroeletrônicos, todos os produtos nacionais deveriam ter um “carbon label”, ou seja, o consumidor, ao comprar qualquer produto, poderia checar a quantidade de gases prejudiciais ao efeito estufa emitida na cadeia de fabricação dessa mercadoria.

LIMPA, MAS CARA. Durante sua participação no Summit, Daniela disse também que é bom que a energia brasileira seja limpa. Mas criticou o preço cobrado. Ela sustentou que sejam retirados encargos que acabam encarecendo a conta de luz para a indústria nacional. “A nossa energia elétrica, o custo da energia elétrica é barato, mas ele é um terço da minha conta. Dois terços são os encargos, e aí eu tenho a energia elétrica mais cara do mundo”, disse a executiva.

O deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), que também participou do Summit, disse que a possível “reforma do setor elétrico”, que seria feita por meio de medida provisória (MP), precisa ganhar espaço no Congresso. “Precisamos desmontar essa estrutura. Foi se acumulando uma série de questões. Por exemplo: em Rondônia, as termelétricas são abastecidas por combustível que saía de Paulínia, em São Paulo. Ia de caminhão até lá. Isso era bancado pelo conjunto de consumidores. Outras coisas como essa encareceram extremamente a energia.”



“Se você não pressionar os outros, eles não vão fazer. Os nossos produtos têm, na grande maioria, o menor conteúdo de carbono que a concorrência”

Daniela Manique, presidente da Rhodia na América Latina



“Precisamos desmontar essa estrutura que encarece a energia, acumulada ao longo dos anos”

Arnaldo Jardim, deputado federal (Cidadania-SP)

Energia limpa é vantagem, mas custo alto reduz competitividade



85%

da matriz elétrica brasileira vem de fontes renováveis, o que reduz a pegada de carbono da produção nacional



44%

da conta de luz da indústria corresponde a encargos, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

Painel 'Novos tempos e a diversidade' discutiu agendas inclusivas nos setores público e privado

NUNNO FONSECA/ESTADÃO



Respeito às diferenças

Diversidade só gera resultado quando vem acompanhada de inclusão

Para especialistas, ambientes seguros e receptivos são chave para transformar pluralidade em inovação e competitividade

DIEGO LAZZARIS
ESPECIAL PARA O 'ESTADÃO'

A inclusão e a representação de uma ampla gama de características humanas, culturais e sociais dentro de organizações e empresas não podem ser apenas uma sigla dentro do conceito de ESG (sigla, em inglês, para Environmental, Social and Governance ou Ambiental, Social e Governança, em tradução livre). E a diversidade só gera resultados quando vem acompanhada de inclusão. Esse foi um dos temas debatidos no Estadão Summit ESG 2025, realizado em São Paulo no dia 21 de agosto.

Na avaliação de Cris Kerr, especialista em diversidade, consultora, CEO e fundadora da CKZ Diversidade, “sem inclusão, a diversidade não funciona”. “Um colaborador pode estar presente, mas, ao não se sentir à vontade, ele deixa de compartilhar suas ideias em uma reunião, por exemplo. Por isso, criar um ambiente aberto, seguro e receptivo é indispensável para que a diversidade realmente funcione e contribua para a inovação”, afirmou.

A especialista disse que a diversidade é um conceito amplo que envolve gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, gerações, religião e corpo. “Também inclui a diversidade cognitiva, fundamental para a inovação, já que não há avanço sem mentes diferentes contribuindo com ideias variadas”, disse.

Nas empresas, ela explicou que é importante garantir um ambiente em que as pessoas se sintam pertencentes, valorizadas e respeitadas, podendo ser quem realmente são. “Pesquisas recentes mostram que apenas contratar profissionais diversos não gera resultados se eles não tiverem espaço para se expressar”, disse.

DISTINÇÃO. Segundo Cris, apesar de algumas empresas nos Estados Unidos terem aderido à cultura menos inclusiva, em outros países o cenário é diferente. Na Europa, por exemplo, muitas companhias têm se dedicado à diversidade, em grande parte porque há metas estabelecidas. No Japão, ela afirma que existe uma exigência de que 30% dos cargos sejam ocupados por mulheres.



“Criar um ambiente aberto, seguro e receptivo é indispensável para que a diversidade realmente funcione e contribua para a inovação”

Cris Kerr, CEO da CKZ Diversidade



“O debate sobre gênero circula no mundo desde a década de 1970, enquanto aqui a estruturação de políticas é muito mais recente”

Aline Nascimento, especialista em DE&I e ESG

Saiba mais sobre ESG

O que é

ESG é uma sigla em inglês para Environmental, Social and Governance e corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização.

Ideia

O termo surgiu em 2004 em uma publicação do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial chamada Who Cares Wins (Ganha quem se Importa, em tradução livre). A ideia surgiu de uma declaração que o então secretário-geral da ONU Kofi Annan (1938-2018) fez a 50 líderes de grandes instituições financeiras sobre como integrar fatores sociais, ambientais e de governança no mercado de capitais.

Integração

Nesta mesma época, a Unep-FI, que reúne instituições financeiras para promover conhecimento e prática em áreas como clima, natureza, poluição e economia circular, lançou o relatório Freshfield, que mostrava a importância da integração de fatores ESG para avaliação financeira das companhias.

Vantagens

Além de serem um diferencial competitivo e de atraírem investidores para o negócio, as boas práticas ESG trazem vantagens como: menor risco de processos trabalhistas ou por fraudes; redução dos custos operacionais e ganhos de produtividade; fidelização de clientes que valorizam o consumo de produtos e serviços sustentáveis e melhoram a imagem e reputação da marca.

“Essas iniciativas em diferentes regiões do mundo mostram que a agenda está avançando em outros lugares, o que também fortalece o debate no Brasil”, disse.

Para Aline Nascimento, especialista em DE&I e ESG, a agenda menos inclusiva sempre esteve presente. “Todas as organizações e todos que trabalham com diversidade e inclusão sabem que a resistência em avançar na prática sempre existiu. Se olharmos em perspectiva histórica, veremos que o debate sobre gênero circula no mundo desde a década de 1970, enquanto aqui a estruturação de políticas e práticas voltadas à diversidade é muito mais recente. Por isso, ainda é comum ouvir pessoas dizerem que falar de gênero ou de raça é novidade, quando, na verdade, esses debates já avançam há décadas em outros lugares do mundo.”

Na opinião dela, quando as pessoas não compreendem exatamente como colocar a diversidade em prática, correm o risco de afastá-la do próprio negócio. “Todas

as organizações são feitas de pessoas, e é nessa multiplicidade de opiniões, experiências e vivências sociais que encontramos as soluções”, disse.

Tom Mendes, diretor institucional do ID_BR e do Prêmio Sim à Igualdade Racial, lembrou que pelo menos 50% da população brasileira é negra e destacou que as empresas não podem desconsiderar esses números. “Se não desenvolvemos produtos e não consideramos a diversidade e a inclusão nesse processo, estamos deixando de atender a maioria da sociedade e, do ponto de vista econômico e financeiro, isso não faz sentido.”

Segundo ele, existem diversos exemplos, especialmente entre multinacionais, que mudaram a forma de tratar a diversidade. “Em muitos casos, a área dedicada ao tema deixou de existir de forma isolada e passou a estar distribuída por diferentes setores da empresa, o que tem se mostrado uma estratégia eficaz”, disse.



“Se não desenvolvemos produtos considerando diversidade e inclusão, deixamos de atender a maioria da sociedade, o que não faz sentido econômico”

Tom Mendes, diretor institucional do ID_BR e do Prêmio Sim à Igualdade Racial

‘A humanidade demorou a agir’, diz secretário de SP

As mudanças climáticas estão cada vez mais evidentes e provocam impactos preocupantes em todo o mundo. “Os cientistas advertiram durante décadas, a humanidade demorou a agir e agora enfrenta consequências cada vez mais violentas, no mundo todo e também localmente”, afirmou José Renato Nalini, secretário executivo de Mudanças Climáticas da Prefeitura de São Paulo, no Estado Summit ESG, realizado em São Paulo.

Segundo ele, o que antes era chamado de mudança climática passou a ser tratado como emergência climática e, hoje, já há quem defina a situação como um “verdadeiro cataclismo”.

Na cidade de São Paulo, Nalini afirma que os desafios climáticos se manifestam de forma distinta do restante do País. Enquanto o Brasil tem no desmatamento e na ocupação irregular do solo seus maiores vilões, a capital paulista enfrenta alguns problemas centrais. Um dos principais é o transporte. “A cidade foi estruturada para servir aos automóveis, e não às pessoas. Com cerca de 8 milhões de veículos circulando ininterruptamente, mesmo os modelos flex ainda utilizam majoritariamente gasolina. Isso contraria compromissos do Acordo de Paris, pois o setor de transportes responde por mais de 60% das emissões na capital.”

Projeto Raízes do Futuro, do Einstein Hospital Israelita, incentiva o engajamento de jovens em responsabilidade social



...CONSEGUIR... CONSEQUÊNCIAS... REME...
...PULCÃO... DICA... VIVIAM

Futuro sustentável

Rede de projetos investe na próxima geração de líderes climáticos

Iniciativas buscam preparar jovens em comunidades e empresas, traduzindo desafios ambientais em soluções práticas e sustentáveis

JULIANA PORTUGAL
ESPECIAL PARA O 'ESTADÃO'

Por trás das metas climáticas e das pressões do mercado, cresce no Brasil uma rede de programas que aposta na formação de líderes em ESG como ferramenta de transformação social. A proposta vai além de capacitar profissionais para ocupar cargos estratégicos: trata-se de preparar uma nova geração de agentes de mudança, capazes de conciliar inovação, responsabilidade socioambiental e desenvolvimento econômico, influenciando diretamente comunidades, empresas e políticas públicas.

Um desses projetos é o Raízes do Futuro, do Einstein Hospital Israelita, que atende jovens da comunidade de Paraisópolis, na zona sul de São Paulo. “Na prática, formar jovens lideranças climáticas significa empoderar estudantes para que sejam protagonistas da transformação: capazes de compreender os desafios ambientais que afetam sua saúde e sua comunidade, propor soluções inovadoras e mobilizar pessoas ao redor de causas socioambientais. É preparar uma geração que não apenas entende os problemas, mas também tem ferramentas para agir de forma concreta e sustentável”, afirma a superintendente de Sustentabilidade do Einstein, Priscila Surita.

A pauta de ESG, muitas vezes vista apenas como corporativa, ganha no Raízes do Futuro um sentido concreto aplicado à vida dos alunos.

De acordo com Priscila, o programa é dividido em três partes: ambiental, com práticas de gestão de resíduos, consumo consciente de água e energia e redução de impactos climáticos; social, com debates sobre desigualdade, saúde e qualidade de vida, mostrando como as mudanças climáticas ampliam vulnerabilidades em comunidades como Paraisópolis; governança, com incentivo ao trabalho em equipe, à construção de soluções coletivas e à apresentação estruturada de projetos, com visão de impacto e responsabilidade.

Para Priscila, um dos desafios é traduzir conceitos científicos em experiências que façam sentido no cotidiano. Termos como “aquecimento global” ou “gases de efeito estufa” podem soar abstratos, mas quando é mostrado que a fumaça dos ônibus agrava problemas respiratórios, que o calor dentro de casa traz riscos à saúde ou que o acúmulo de lixo nas ruas atrai vetores de doenças, tudo se torna palpável. “Os exemplos reais ajudam os jovens a perceberem que saúde, meio ambiente e clima não são temas distantes, mas parte da vida deles e de suas famílias.”

PERFIS DIFERENTES. Outro projeto que também tem como objetivo formar líderes em ESG é o The Climate Reality Project Brasil, do Centro Brasil no Clima. Nele, as turmas são formadas por pessoas com perfis diferentes, de todos os Estados, e que possam agregar nos treinamentos e também nos meses após esses encontros.

“Destacamos três pontos que consideramos essenciais para um jovem se tornar um líder climático eficaz: conhecimento científico e político para interpretar cenários climáticos e políticas públicas; habilidades de

Caminhos para a formação de líderes climáticos

Experiências, competências e articulações que ajudam a preparar uma nova geração para enfrentar os desafios ambientais:



O conhecimento científico orienta a interpretação de cenários e políticas públicas.



A comunicação acessível transforma ciência em mensagens capazes de engajar comunidades.



A capacidade de articulação fortalece a influência em processos de decisão.



As experiências práticas conectam clima, saúde, qualidade de vida e cotidiano.



A continuidade dos projetos é garantida por acompanhamento de especialistas e parcerias externas.

comunicação para traduzir ciência em mensagens acessíveis e mobilizadoras e capacidade de articulação para construir coalizões e influenciar tomadores de decisão. Além de incentivarmos competências de gestão de projetos, negociação e liderança colaborativa”, diz o diretor do Centro Brasil no Clima e do The Climate Reality Project Brasil, Guilherme Syrkis.

Um dos pontos centrais do treinamento do The Climate Reality Project Brasil é a apresentação criada pelo vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2007, o ambientalista Al Gore, que se tornou referência mundial ao traduzir a ciência do clima de forma acessível e impactante.

“Al Gore detalha os efeitos das mudanças climáticas em diferentes regiões e seus desdobramentos sociais e econômicos. Ao mesmo tempo, traz uma mensagem de

otimismo: já temos tecnologia e recursos para enfrentar a crise, mas precisamos de vontade política e de capacidade para superar a pressão de lobbies que retardam as soluções”, salienta Syrkis.

Em ambos os programas, a intenção é que as ações e projetos criados pelos alunos tenham continuidade e não se percam após o fim da formação. “O programa oferece metodologia de projetos, acompanhamento de especialistas e incentivo a parcerias externas. Isso garante que as ideias saiam do papel e tenham condições de continuidade. Além disso, os alunos são protagonistas das soluções, o que fortalece seu compromisso em manter as iniciativas vivas mesmo após a conclusão da formação”, afirma Priscila.

“Na prática, formar jovens lideranças climáticas significa empoderar estudantes para que sejam protagonistas da transformação”

Priscila Surita, superintendente de Sustentabilidade do Hospital Israelita Albert Einstein.

“Já temos tecnologia e recursos para enfrentar a crise, mas precisamos de vontade política e de capacidade para superar a pressão de lobbies que retardam as soluções”

Guilherme Syrkis, diretor do Centro Brasil no Clima e do The Climate Reality Project Brasil.

Exageros sobre ações afastam investimentos

DIEGO LAZZARIS
ESPECIAL PARA O 'ESTADÃO'

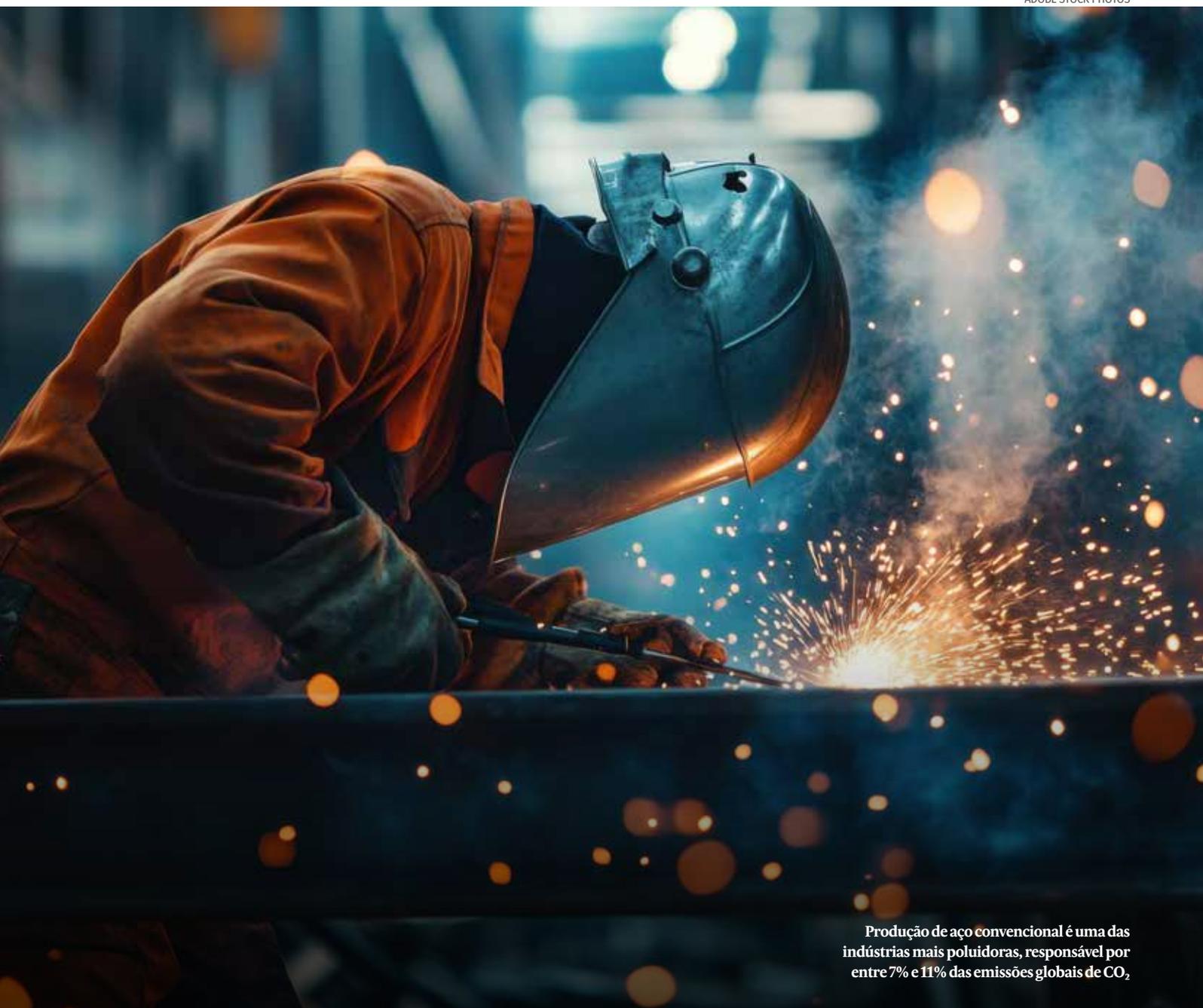
Cada vez mais presente no debate empresarial, o ESG (Ambiental, Social e Governança, na sigla em inglês) passou a definir como as companhias incorporam sustentabilidade na gestão. Mais do que discurso, especialistas apontam que o conceito deve estar ligado ao dia a dia corporativo.

“Ter uma prática ESG não significa adotar iniciativas ambientais ou sociais isoladas, mas integrar a sustentabilidade de forma consistente à governança, à gestão e à estratégia do negócio”, afirma Daniele Barreto e Silva, especialista em ESG da Grant Thornton Brasil.

No entanto, ao mesmo tempo que o tema ganhou espaço entre consumidores e investidores, também cresceu o chamado greenwashing: quando empresas se apresentam como mais sustentáveis do que realmente são.

Izabela Lanna Murici, diretora de Sustentabilidade da Falconi, alerta que os consumidores devem desconfiar de ações pontuais. “Por exemplo, quando uma empresa lança uma ‘linha verde’, mas mantém a maior parte de sua produção em padrões poluentes, sem um plano consistente de transição.”

Mauricio Colombari, sócio e líder de ESG na PwC Brasil, diz que o maior problema para os clientes é se associar a empresas que não cumprem o que prometem. “Isso gera frustração e perda de confiança. Para o mercado, o greenwashing prejudica a credibilidade da agenda de sustentabilidade, reduzindo a confiança dos investidores e penalizando empresas que realmente fazem investimentos consistentes.”



Produção de aço convencional é uma das indústrias mais poluidoras, responsável por entre 7% e 11% das emissões globais de CO₂

Mercado

‘Aço verde’ ganha espaço e valor no mercado europeu

Produção com energia limpa permite cobrar mais caro e abre novas oportunidades em um dos setores mais poluentes do mundo

LÍLIAN CUNHA
ESPECIAL PARA O 'ESTADÃO'

Poucas empresas do setor siderúrgico no Brasil aproveitam o marketing do termo “aço verde” ou “aço sustentável” como faz a alemã GMH Gruppe, pioneira em sustentabilidade nessa cadeia na Europa. O termo até parece contraditório, uma vez que a siderurgia é um dos ramos mais poluentes da economia mundial. Isso porque, para transformar ferro em aço, são emitidas centenas de toneladas de gases de efeito estufa, especialmente o dióxido de carbono (CO₂). A produção de aço convencional é uma das indústrias mais poluidoras, responsável por entre 7% e 11% das emissões globais de CO₂.

Por isso, desde 2016, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou o projeto Siderurgia Sustentável, pelo qual empresas do setor precisam diminuir a quantidade de carvão mineral com o qual alimentam os altos-fornos que derretem o ferro. O combustível poluente pode ser trocado por eletricidade ou carvão vegetal, por exemplo. Outra maneira de diminuir o impacto desse setor é usar sucata em vez de ferro minerado. No Brasil, várias companhias já usam ferro velho no lugar do minério, segundo o Instituto Aço Brasil, entidade representativa

das empresas brasileiras produtoras de aço.

Dentre elas, algumas unidades da Arcelormittal, a Gerdau, a Sinobras, a Aperam, a AVB e a Vallourec. Com exceção da AVB, que se chama Aço Verde do Brasil, e a Aperam, nenhuma outra usa o termo “aço verde”.

DIFERENÇAS. Na Alemanha, porém, ser sustentável ou verde é o principal posicionamento do GMH Gruppe no mercado europeu. A companhia explora esse rótulo ao máximo. “Temos até uma linha Green Power Premium que é um aço feito com 100% de energia elétrica renovável ou carvão vegetal de madeira sustentável que tem zero emissão de gás carbônico pelo qual cobramos um preço cerca de 5% acima do valor de mercado”, diz Luciana Finazzi, brasileira que é diretora de Sustentabilidade e de Comunicação da companhia alemã, com sede em Georgsmarienhütte.

Embora seja mais sustentável, esse aço verde é ainda assim taxado da mesma maneira pelos Estados Unidos que o convencional. Mas isso não impede que sua característica “verde” abra novos mercados.

2 perguntas para...

LUCIANA FINAZZI
Diretora de Sustentabilidade do GMH Gruppe

Como o GMH faz aço sem emissão de CO₂?

A gente faz o aço por meio de economia circular com sucata que compramos dos nossos próprios clientes, como a Volkswagen. Separamos esse ferro e o derretemos num forno elétrico e a partir daí a gente faz o aço novo, em barras.

O GMH, diferentemente de outras empresas do setor, capitaliza bem mais o conceito do “aço verde”. Por quê?

Essa questão do “aço verde” aqui (Europa) é mais forte porque existe um mercado maior para isso. Até 2050, todas as automotivas, por exemplo, vão ter que ter CO₂ neutro também. Então, dessa forma, a gente quer mostrar para os nossos clientes que temos um aço bem melhor do que os feitos em altos-fornos convencionais. E eles querem, precisam desse aço.

Impacto do ‘aço verde’

Preço premium indica como o aço verde começa a gerar valor e abrir oportunidades



7% a 11%

respondem pelas emissões globais de CO₂ atribuídas à siderurgia



5%

a mais permitem cobrar pelo aço verde em relação ao convencional



2016

marca a criação do projeto Siderurgia Sustentável pelo MMA

QUANTO VALE O AR QUE VOCÊ RESPIRA?

Quanto valem nossas nascentes? Nossa fauna, nossa flora, quanto vale tudo isso?

E a mais importante floresta do mundo, quanto será que vale?

Talvez seja impossível mensurar o real valor da Amazônia. Mas uma coisa a gente sabe: não existe, no planeta, concentração de riqueza maior do que essa.

O mundo precisa da Amazônia para existir e para que seus povos possam viver com qualidade.

E nós, orgulhosamente, **somos o banco que nasceu para cuidar da maior riqueza do mundo.**

Que investe nas pessoas daqui e acredita nos sonhos delas, com microcrédito rural e urbano.

O banco que sabe que a força e a riqueza da região estão no coletivo. Nas mãos de quem cultiva.

Na coragem de quem empreende. Na visão de quem inova. E na intensão de quem olha para o futuro, sempre valorizando e respeitando nossas raízes, nossa floresta. Somos especialistas

em gerar renda, promover inclusão e impulsionar o desenvolvimento local.

Banco da Amazônia. Sonhar. Mover. Impactar.



1

banco da
amazonia

Fundado em 1942

banco da
amazonia

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO